

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

CAROLINA DO N. HISSA RA: F038GI9
LUANA AMORIM AZEVEDO RA: T090IG2
LUIZA SIMÕES DO CARMO RA: N595GD0
NÁJIA SPINA BOER RA: T866CI3

A RELEVÂNCIA DO PROCESSO TERAPÊUTICO EM CASOS DE ADOÇÃO

São Paulo - Campus Norte
2024

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Psicologia

CAROLINA DO N. HISSA RA: F038GI9
LUANA AMORIM AZEVEDO RA: T090IG2
LUIZA SIMÕES DO CARMO RA: N595GD0
NÁJIA SPINA BOER RA: T866CI3

A RELEVÂNCIA DO PROCESSO TERAPÊUTICO EM CASOS DE ADOÇÃO

Relatório de Pesquisa apresentado ao curso de Psicologia, da Universidade Paulista – UNIP, a ser utilizado como diretrizes para manufatura do Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação da Professora Aline M. Mizutani Gomes.

São Paulo - Campus Norte
2024

CAROLINA DO N. HISSA RA: F038GI9
LUANA AMORIM AZEVEDO RA: T090IG2
LUIZA SIMÕES DO CARMO RA: N595GD0
NÁJIA SPINA BOER RA: T866CI3

A RELEVÂNCIA DO PROCESSO TERAPÊUTICO EM CASOS DE ADOÇÃO

Relatório de Pesquisa apresentado para o Plano de Ensino Orientado - PEO, do curso de Psicologia da Universidade Paulista – UNIP, sob a orientação da Professora Aline M. Mizutani Gomes.

O trabalho foi considerado _____ com a nota _____ ().

São Paulo, 30 de setembro de 2024.

Profa. Nathalia Vieira Machado Rodrigues
Universidade Paulista-UNIP

Profa. Maria Cristina B. M. Pelini
Universidade Paulista-UNIP

Profa. Me. Aline M. Moraes Mizutani Gomes
Universidade Paulista-UNIP
Orientadora

CIP - Catalogação na Publicação

A RELEVÂNCIA DO PROCESSO TERAPÊUTICO EM CASOS DE
ADOÇÃO / Luiza Simões do Carmo...[et al.]. - 2024.
42 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Instituto
de Ciência Humanas da Universidade Paulista, São Paulo, 2024.

Área de Concentração: Adoção.

Orientadora: Profª. Me. Aline M. Mizutani Gomes.

1. Adoção. 2. Psicoterapia. 3. Processo de adoção. 4. Psicologia. I.
Carmo, Luiza Simões do. II. Gomes, Aline M. Mizutani (orientadora).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus, cuja presença constante e orientação iluminaram nosso caminho durante toda esta jornada acadêmica. Sua força e sabedoria foram fontes inesgotáveis de inspiração e coragem.

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a nossa orientadora, Aline M. M. Gomes, pelo apoio e dedicação ao longo deste trabalho. Sua experiência e insights foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste projeto.

Agradecemos também aos professores do Curso de Psicologia e ao corpo docente da Universidade Paulista - UNIP, cujas aulas e orientações contribuíram significativamente para a nossa formação acadêmica e pessoal.

Um agradecimento especial aos nossos colegas e amigos, que estiveram ao nosso lado durante todo o percurso acadêmico, oferecendo apoio e incentivo. A colaboração e o companheirismo de vocês foram essenciais para superar os desafios enfrentados.

Por fim, agradecemos às nossas famílias pelo amor incondicional e pelo suporte emocional, sem o qual não teríamos sido capazes de concluir este trabalho. O incentivo e a compreensão de todos vocês foram uma fonte constante de motivação.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, nosso muito obrigado.

“Como fica forte uma pessoa quando está segura de ser amada!”
Cartas de Sigmund Freud, 1882.

RESUMO

A adoção é um acontecimento marcante para as pessoas que passam por ela e também para todos os envolvidos. Não se ver no seio de sua família de origem é algo relevante mesmo se seu novo lar for afetuoso. Como seres diversos que somos, alguns lidam com a adoção de forma leve, outros precisam de mais suporte para entender o assunto. Neste caso, como a psicoterapia entraria para auxiliar no entendimento da história desse indivíduo? Seria esta uma ferramenta importante? O objetivo desta pesquisa foi entender o papel do acompanhamento psicoterapêutico no processo de adoção e seus possíveis impactos na vida de todos os indivíduos envolvidos, tanto adotantes quanto adotados, com foco especial na vida após a adoção, quando este já está inserido na nova família. Desta forma, também buscou entender como o indivíduo se sentiu e se sente, como ele percebeu a situação, como foi informado pela família adotiva de sua condição, entender se houve expectativas de sua parte ou da família e como lidou com isso. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com indivíduos adotados e profissionais especializados no assunto da adoção. Através da coleta de dados foi possível compreender como a adoção consegue impactar a vida de famílias inseridas nessa realidade até mesmo no processo de pós-adoção, e como a psicoterapia é uma ferramenta necessária para compreensão dessa etapa da vida.

Palavras-chave: adoção, processo de adoção, psicoterapia, psicologia.

ABSTRACT

Adoption is a significant event for those who experience it as well as for everyone involved. Not being in one's original family is a relevant issue, even if the new home is loving. As diverse beings, some people handle adoption lightly, while others need more support to understand the matter. In this case, how would psychotherapy assist in understanding the individual's story? Would it be an important tool? The objective of this research was to understand the role of psychotherapeutic support in the adoption process and its potential impacts on the lives of all individuals involved, both adopters and adoptees, with a special focus on life after adoption, once the individual is integrated into the new family. Thus, it also aimed to understand how the individual felt and feels, how they perceived the situation, how they were informed by the adoptive family about their condition, whether there were expectations on their part or the family's, and how they dealt with it. The method used was qualitative research with semi-structured interviews, conducted with adopted individuals and professionals specialized in the subject of adoption. Through data collection, it was possible to understand how adoption impacts the lives of families in this reality, even in the post-adoption process, and how psychotherapy is a necessary tool for understanding this stage of life.

Keywords: adoption, adoption process, psychotherapy, psychology.

SUMÁRIO

1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	9
2.1 Dados sobre a adoção no Brasil.....	9
2.2 Os tipos de adoção no Brasil.....	11
2.3 O processo de adoção na perspectiva psicanalítica	13
2.4 Papel do acompanhamento psicológico no processo de adoção	15
3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	17
4. JUSTIFICATIVA.....	17
5. MÉTODO.....	18
5.1. PARTICIPANTES E LOCAL	19
5.2. INSTRUMENTOS	19
5.3. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	20
5.4. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS.....	20
5.5 RESSALVAS ÉTICAS	21
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Essa pesquisa investigou a importância e o impacto do processo terapêutico voltado para adoção, especificamente após a adoção, sob o fundamento de analisar e compreender as implicações quando há a falta do profissional de psicologia neste processo. Durante esse projeto de pesquisa pôde-se refletir a respeito dessa problemática e quais indagações surgiram acerca desse tema. À medida que se foi desdobrado foram observadas as importantes intervenções do terapeuta neste contexto e no que isso impactou o indivíduo que passou pelo processo de adoção, seja ele quando era criança ou adolescente.

Para iniciarmos essa pesquisa tivemos como foco o período após a adoção, por entendermos que o indivíduo que passou por esse processo sabe identificar de forma mais clara os impactos causados pelo trabalho do psicólogo. A exposição do tema foi realizada através da utilização de obras bibliográficas e mais especificamente de relatos de participantes, com o objetivo de analisar e entender como foi o processo de adaptação de ambos os lados, sendo da família que acolheu, como da pessoa que foi adotada, buscando compreender o processo como um todo, conhecendo a história do indivíduo através de seus relatos, desde antes, durante e após o encontro da sua nova família.

2. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

2.1 Dados sobre a adoção no Brasil

Na colonização brasileira, no segundo e terceiro séculos, as crianças concebidas fora do casamento, ou por filhas solteiras de famílias de classe média alta e brancas, eram abandonadas em ruas, florestas, praias, terrenos baldios, ou seja, o abandono selvagem. Pensando no controle desse abandono, a igreja católica instaurou as Rodas dos Expostos, o que de certa forma oficializou e institucionalizou o abandono no Brasil, já que as crianças eram deixadas e acolhidas pelas Santas Casas de Misericórdia e ficava garantido o sigilo sobre as mães biológicas. Neste período o cristianismo orientava os preceitos e as regras da organização familiar. Filhos fora do casamento eram recriminados e sujeitos a sanções tanto religiosas como sociais, esse era um dos principais motivos das crianças serem abandonadas.

Hoje em dia a questão do abandono acontece por diversos motivos, como falta de planejamento familiar, falta de instrução sobre métodos contraceptivos, falta de auxílio moral, falta de afeto e dificuldades econômicas. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 7, Cap. I:

“A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

Em 1916, o Código Civil Brasileiro dizia que a adoção podia ser realizada por indivíduos com idade maior de 50 anos sem filhos biológicos (Lei nº 3.071/1916, art. 368 e seguinte) (BRASIL, 1916). No Brasil, o tema adoção sempre buscou atender aos interesses daqueles que não poderiam gerar filhos biológicos, não levando em consideração o interesse das crianças ou adolescentes disponíveis para a adoção.

Segundo Fonseca (2020) a criança pobre possui uma situação ainda pior por conta de sua circunstância de vida, revelando um processo de maus tratos contínuos, brutalidade, violência, fome, abuso sexual, abandono, exploração do trabalho infantil, privação de lazer, perambulação por praças e ruas, extermínio, mortalidade precoce; caracterizando um quadro de política genocida, por não ter políticas sociais adequadas e bem fundamentadas para garantir os direitos sociais da infância e da adolescência. Para procurar solucionar a situação da criança brasileira, são criadas pelo governo Leis ou são alteradas Leis já existentes, criam-se programas de ação social, o que não é suficiente para solucionar as questões às quais as crianças estão expostas, conforme Souza Neto (2003, p. 74).

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, possivelmente foi a primeira Lei que procurou defender os direitos da criança, sua principal função foi dar início a um processo de libertação, determinando que mulheres escravizadas dariam à luz apenas a bebês livres, sendo assim, não nasceria mais crianças escravas em solo brasileiro.

O Código Penal de 1940, ainda em vigor, estabelece penas de detenção de seis meses a três anos ao genitor que abandonar crianças, sendo a pena de um a cinco anos caso o abandono resulte em lesões corporais graves, e de quatro a doze anos de reclusão caso o abandono cause a morte da criança; caracterizando agravamento caso o abandono ocorresse em lugar deserto impedindo o socorro da criança. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Art. 19:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL, 1990).

2.2 Os tipos de adoção no Brasil

De acordo com a Cartilha da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB, 2007) temos alguns tipos de adoção mais conhecidos:

A adoção pronta e direta ou *Intuitu Personae*: a mãe biológica escolhe para quem vai entregar o seu bebê após o nascimento, por motivos de se considerar incapaz de cuidar de seu filho de alguma forma; por suas dificuldades financeiras ou por se considerar imatura para a tarefa de ser mãe, por exemplo. Assim a genitora no final da gestação manifesta sua vontade de entregar seu filho a adoção, o pretendente a adoção passa a acompanhar a gestação, oferecendo as condições necessárias para que o parto ocorra da melhor forma e assim a criança nasça saudável. Em muitos casos, a genitora procura a Vara da Infância e da Juventude, já acompanhada do pretendente à adoção, para formalizar o convívio que já acontece de fato; porém, existem juízes que entendem que a adoção pronta não é aconselhável, pois não é possível avaliar se a decisão da genitora é voluntária ou se foi induzida ou se os pretendentes à adoção são de fato adequados, não podendo descartar também a possibilidade de uma situação de tráfico de crianças. É um tipo de adoção bastante comum no Brasil, tendo em vista que a maioria dos casais que não pode gerar filhos biológicos quer adotar crianças recém-nascidas, brancas e com boa saúde.

Adoção à brasileira: esta adoção desconsidera os trâmites legais do processo de adoção e é feito um “combinado” entre a genitora e os pais pretendentes à adoção, por tanto, este tipo de adoção é ilegal no Brasil. Após o parto, os pais adotivos procuram por meios legais, correndo o risco de a criança ser apreendida e levada a alguma instituição para que ocorram então, os trâmites legais da adoção - que visam atender os adotantes que estão na lista de espera pela criança pretendida (Cadastro Único dos Adotantes junto à Vara da Infância e Juventude).

“Com efeito, já no § 1º, da Nova Lei da Adoção (Lei nº 13.509/2017), afirma que a intervenção estatal visa à orientação, apoio e promoção social da família

natural, junto à qual a criança e ao adolescente devem permanecer”. Segundo esse parágrafo, a adoção é a última medida a se tomar, na “absoluta impossibilidade” de ficar com a família.

Adoção burocrática: a Lei garante que nesse tipo de adoção o Estado define quem deverá adotar a criança, sem nenhuma interferência da família que não pôde criar seu filho biológico. Neste caso, o procedimento consiste em registrar o filho adotivo como se fosse filho biológico. O que muitos não sabem é que a genitora poderá reaver seu filho caso não tenha consentido legalmente com a adoção ou se não tiver sido destituída do Poder Familiar.

Adoção necessária: crianças e adolescentes que geralmente são rejeitadas pelos pretendentes à adoção, como aquelas com idade mais avançada e/ou problemas de saúde. Segundo Maldonado (1998), a criança, que sofreu ruptura com as figuras às quais esteve vinculada, pode reconstruir o seu eu primário a partir das novas representações dela própria, das quais participa, fundamentalmente, a interiorização das novas imagens parentais.

Adoção Internacional – ou adoção transnacional: acontece quando os pais adotivos moram em um país e o adotado em outro.

Adoção por pessoa jurídica: Utilizada para auxiliar financeiramente as pessoas envolvidas, não têm relação de pai e/ou mãe e filho; o vínculo familiar e os sentimentos de um ambiente familiar, como acolhimento e afetos, não estão presentes nas adoções jurídicas.

A adoção de crianças mais velhas ou adolescentes: adoção de crianças maiores ou de adolescentes. Sendo considerado para alguns a idade de 2 anos como idade limite, e para outros, de 5 ou 6 anos. O que nos leva a pensar que os pretendentes à adoção só querem crianças pequenas, sendo que existe também a intenção e preferência por crianças maiores.

Adoção de embriões: atualmente, com a evolução da ciência e da engenharia genética, a fertilização humana assistida está presente, evoluindo para necessidade de legalização governamental para adoção de embrião humano. Estas técnicas conceptivas têm o objetivo de resolver a questão da esterilidade do casal, que terá seu filho; porém, por outro lado, causam graves problemas jurídicos, sociais, psicológicos, bioéticos e de ordem médica.

Adoção por casal homoafetivo: Para melhor entendimento do termo:

A união homoafetiva é a existente entre pessoas do mesmo sexo,

configurando uma relação homossexual. O termo homossexual se deve a junção do prefixo grego homós, que quer dizer semelhante, com o sufixo latim sexus, que se refere ao sexo, sendo, portanto, a relação existente entre pessoas de mesmo gênero. Isto é, o homossexual é o indivíduo que possui o desejo de se relacionar com outra pessoa que possua o mesmo sexo que o seu, sentindo-se o homem atraído por outro homem e a mulher atraída por outra mulher. (MARANHÃO G. 2004).

Conforme a Lei brasileira não existe qualquer posicionamento a respeito deste assunto, todavia, em 2015 o STF (Supremo Tribunal Federal), reconheceu a união de casal homoafetivo como legítima. O ECA (BRASIL, 1990), em seu Art. 42, informa que “Podem adotar os maiores de dezoito anos, independentemente de estado civil”, sendo assim, não é necessário que o adotante seja casado; ainda no art. 43 deste estatuto consagra que “[...] a adoção poderá ser deferida quando apresentar reais vantagens para o adotante e fundar-se em motivos legítimos.” Sendo assim, qualquer pessoa seja ela casada, ou solteira, homossexual ou heterossexual, que demonstre ter um lar respeitoso e tenha disponibilidade afetiva, que se comprometa com as responsabilidades de ser pai e/ou mãe, podem adotar.

2.3 O processo de adoção na perspectiva psicanalítica

Segundo Winnicott (1997), o atendimento psicológico tem um papel fundamental para que a criança adotada possa ter uma vida saudável. Ele destaca a importância do psicólogo que irá acompanhar essa criança ter conhecimento de todo histórico familiar e o desenvolvimento da criança antes da adoção, mesmo que essa seja feita em tenra idade. Conhecer os primeiros dias, semanas e meses do adotado faz com que o profissional entenda muitas vezes de onde vem atitudes, sentimentos e medos que o paciente pode apresentar com o tempo. Ele entende que não se pode esperar que um lar adotivo supra todas as necessidades do adotado, pelo fato de não ter a ligação biológica e de inicialmente serem completos desconhecidos, mas em um lar adequado e com o acompanhamento devido essa adoção pode ser bem sucedida. Winnicott (1997) faz a seguinte reflexão: “[...] o fracasso ambiental relativo de uma maneira geral privou a criança de um bom início no desenvolvimento pessoal que um meio ambiente suficientemente bom possibilita.” (p. 124).

Em um momento de seu livro, ele descreve a diferença entre adoções

legalizadas e as adoções sem mediação. A adoção feita por intermédio de uma agência com uma equipe preparada tem como prever alguns fatores que indicariam um possível fracasso nessa adoção, pois esta é mais criteriosa, levanta dados de ambos os lados para assegurar que a adoção tenha sucesso. Entretanto, esse processo se torna mais demorado e pode acabar desestimulando e diminuindo a disposição de um casal que já estava pronto para essa adoção. É ressaltado no texto que independentemente do tipo de adoção, se a criança ao ser adotada estiver em um ambiente sadio, o sentimento de pertencimento familiar sempre será superior a uma criação dentro de uma instituição ou orfanato, mesmo este sendo de grande referência (WINNICOTT, 1997).

O autor também levanta questões sobre a adolescência após a adoção. Winnicott traz questões pertinentes, pois segundo ele, poder comparar adolescentes “comuns” de adolescentes adotados lhe deu uma visão bem ampla do assunto. Ele relata que uma vez foi solicitado pelo agente da condicional de uma adolescente de 18 anos, que ele atenderá anos atrás. Ela diz que Winnicott acabou com sua felicidade quando aos 10 anos de idade ele lhe contou sobre a sua adoção. Mesmo assim, em um momento de necessidade, ela resolveu buscá-lo, o que reforça a ideia de que a honestidade com a criança é essencial, e que quanto mais cedo ela souber de sua adoção melhor a aceitação futura (WINNICOTT, 1997).

Também é feita uma comparação entre a maturação dos adolescentes adotados dos não adotados. Os que passaram pelo processo de adoção tendem a demonstrar curiosidade mais cedo por questões relacionadas à sexualidade. Problemas que seriam comuns são mais exacerbados, como a ideia de ter filhos no futuro se torna a grande preocupação pelo medo da hereditariedade ao pensar que está biologicamente predestinado a seguir os passos dos pais biológicos. Segundo o autor, adolescentes adotados precisam de mais informações que os demais adolescentes, explicando os relacionamentos amorosos e toda a parte biológica envolvida para essas informações serem assimiladas de forma correta é necessário que sejam passadas por alguém que o mesmo deposite sua confiança, na maioria das vezes alguém de fora de sua família, por não ter o laço sanguíneo. Daí a necessidade de um relacionamento profissional (WINNICOTT, 1997).

Por fim, o autor destaca como o psicólogo tem um papel fundamental em todo processo da adoção: avaliando a vida inicial dessa criança, acompanhado ao longo do tempo a fim de lidar com as inseguranças a respeito da origem desse paciente,

auxiliando e aconselhando os pais para manejo dos próprios sentimentos (WINNICOTT, 1997).

2.4 Papel do acompanhamento psicológico no processo de adoção

A adoção não se limita somente ao gesto altruísta de se querer alguém como parte de sua vida. Sabe-se que existem inúmeras etapas para que o adotado de fato pertença a alguma família e todas essas etapas implicam em testes e avaliações psicológicas. No que diz respeito ao papel do psicólogo no processo da adoção, existe a necessidade da inserção desse profissional no âmbito pessoal da família, para que se compreenda o ambiente no qual o adotado será inserido futuramente.

De início é importante ressaltar que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fornece aos pais e famílias que pretendem realizar o ato da adoção um curso preparatório com duração de dois meses e que visa selecionar as famílias que obtiverem o melhor repertório no que se diz a respeito ao afeto, responsabilidade emocional, capacidade de cuidar e entre outros atributos. Dessa forma consegue-se perceber a importância desses aspectos para que de fato a criança seja adotada. Logo após a aprovação da família, ela se submete a testes de avaliação psicossocial e visitas técnicas frequentes para que se possa compreender o ambiente vivido. Passa-se, por fim, à uma entrevista na qual é descrita como se deseja a criança e, caso aprovado o requerimento, a família entra para o Cadastro Nacional de Adoção em lista de espera (ALBUQUERQUE, LEAL e ALBERTO, 2021).

Levando em consideração a delicadeza do processo de adoção se faz necessária a ação do psicólogo diretamente com as famílias e indivíduos que estão passando por esse processo. É necessário compreender os motivos, mesmo porque existem inúmeros fatores que motivam o processo de adoção e é fundamental uma profunda compreensão da questão para permitir que as famílias enxerguem a relevância do ato de adotar e a total certeza do desejo da adoção.

O papel do psicólogo no processo de compreensão das motivações para a adoção se faz fundamental também para que os futuros pais compreendam a importância que esse indivíduo, prestes a ser adotado, tem em suas vidas, como ele fará parte de suas histórias daqui para frente, caso seja aprovado o processo e como serão as dinâmicas da família após a adoção.

Quando uma família decide adotar e começam a passar pelo processo de testes e entrevistas é comum o sentimento de angústia e ansiedade pela incerteza

das respostas e pelo desejo de fazer somente o que é correto pela visão do profissional que os estão avaliando. O psicólogo, então, deve buscar compreender a angústia dessas famílias e acalantar a subjetividade de seus sentimentos para que haja uma maior tranquilidade nos processos (ALBUQUERQUE, LEAL e ALBERTO, 2021).

Também se faz de extrema relevância o papel do psicólogo nas etapas adotivas para bom entendimento do âmbito profissional, pessoal e social. As visitas técnicas e entrevistas são frequentes para que o profissional faça uma análise do contexto em que a família está inserida e se há ou não a possibilidade de o adotado viver no ambiente proposto.

O psicólogo atua não somente com a família, mas também com a criança que está passando pelo processo da adoção, uma vez que a mesma sairá de seu ambiente vivido e passará a ser tratada como indivíduo pertencente a uma família, longe do abrigo em que esteve alocado. Faz-se extremamente relevante a presença desse profissional para que a retirada da criança do ambiente em que estava inserida seja o mais tranquila possível e para que o vínculo do adotado com a nova família seja estabelecido de maneira saudável.

Ao falar de expectativas é importante mencionar que a família, ao adotar, projeta os seus desejos no indivíduo adotado e isso demanda a escuta do profissional da psicologia para que as famílias compreendam que o adotado já tinha uma vida, uma história, gostos e manias antes de conhecê-los. Além disso, ocorre uma série de mudanças na vida de todos os envolvidos nesse processo, o que faz com essas projeções não se concretizem. A quebra de expectativa se faz fundamental para que os pais adotivos compreendam que o indivíduo adotado não passa a ter uma personalidade somente quando é inserido à sua família, mas que a família complementa seu desenvolvimento de personalidade ao serem adotados. O papel do psicólogo nessa ação de orientação às expectativas é relevante para que haja a compreensão de suas projeções e sentimentos reprimidos quanto ao que sempre se desejou obter (SOUZA e MIRANDA 2014).

Após a adoção, a presença de um psicólogo continua sendo importante, mesmo porque as questões emocionais e de adaptação em um novo ambiente ainda são existentes. Há inúmeros novos desenvolvimentos e métodos de vivência que precisam ser adaptados quando um indivíduo é inserido em uma família.

Portanto é fundamental compreender de forma profissional, com equipes

multiprofissionais e com a psicologia, como está sendo a ação da família e do indivíduo adotado para que haja ou não essa prorrogação. Dessa forma, se torna mais seguro o processo de adoção e levado com mais seriedade por seus processos até que se conceda a guarda definitiva, por ser de total compreensão a dificuldade da família e do adotado a adaptação a um novo ambiente em que se está sendo inserido e na subjetividade de seus sentimentos vividos em um contexto de tamanha complexidade.

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivo geral: Compreender as possíveis diferenças nas dinâmicas individuais e familiares em relação à presença de um acompanhamento psicológico prestado no processo de adoção.

Objetivos específicos: Entender as diferenças da estrutura emocional do indivíduo que foi adotado, suas experiências e considerações; investigar como foi conduzido o processo de adoção, bem como, o convívio com a família adotiva, sua adaptação e convívio do indivíduo que pôde ter o acompanhamento psicológico.

4. JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de entender e superar o preconceito na busca por acompanhamento psicológico, especialmente nos casos de adoção, para todos os envolvidos neste evento, o indivíduo adotado, e a família adotante. Bem como compreender o papel do profissional de psicologia e os impactos causados na falta deste. Acredita-se ser fundamental para qualquer indivíduo ser acolhido e ouvido, ter a oportunidade de compartilhar seus medos e angústias, assim como também as alegrias e esperança de desfrutar de uma nova fase em sua vida.

Nesse sentido, o psicólogo pode ajudar o indivíduo que será adotado a entender como se sente, quais são suas expectativas e ideia de família, como se adaptar à nova rotina, estabelecendo um espaço seguro no qual ele pode expor seus desejos e sentimentos para os novos pais sem constrangimentos. Em relação aos novos responsáveis, desempenha um papel fundamental na quebra de preconceitos relacionados à adoção, a criança adotada, seu histórico familiar e psicossocial, e ajudando a família a entender a importância do acompanhamento

psicológico tanto para o adotado quanto para a família adotiva. Pois como afirma Fonseca (2020, p.36): “O processo de filiação se constitui em uma fase muito complexa do Processo de adoção. É necessária a preparação tanto da criança quanto da família adotante, uma vez que nesta está presente à idealização, a espera, a desilusão”.

O psicólogo se faz necessário para que todos os envolvidos reflitam sobre suas expectativas de quem chega, sobre ser o filho e/ou família perfeita, poder entender que muitas vezes as frustrações irão aparecer, e como lidar com a parte ambígua deste novo relacionamento, evitando possíveis devoluções da criança ao abrigo, que poderá causar mais um trauma na sua história de vida (FONSECA, 2020). A família deverá entender que a adoção não se trata de “uma criança que se encaixa na nossa família”, mas sim de uma família que acolhe uma criança, dando a ela a oportunidade de crescer e se desenvolver em um ambiente familiar de acolhimento, que lhe é garantido por direito.

Entender e poder amenizar possíveis traumas que poderão surgir na criança em processo de adoção e seguir até a vida adulta, trazendo e causando problemas pessoais e de relacionamento como, por exemplo, o sentimento de abandono gerado pelos genitores biológicos e logo após a longa espera dentro de uma instituição de abrigo, e se for contemplada com uma nova família, a criança ainda passará pela ruptura dos laços criados no abrigo e a angústia de não saber o que a espera na nova estrutura familiar. Em toda essa construção será observado o papel do psicólogo e sua importância no auxílio a esses novos sentimentos e na quebra de preconceitos a respeito da terapia e da adoção em si.

5. MÉTODO

O método norteador dessa pesquisa foi a Pesquisa Qualitativa, que nos permite observar a perspectiva do indivíduo em seu modo de ser no mundo, a partir de suas experiências compartilhadas, pois conforme afirma Bicudo (2011) a respeito da pesquisa qualitativa:

São pesquisas que permitem compreender as características do fenômeno investigado e que ao assim procederem dão oportunidade para abrirem-se possibilidades de compreensões possíveis quando a interrogação do fenômeno é dirigida a contextos diferentes daquele em que a investigação foi efetuada. Sustentam raciocínios articuladores importantes para tomadas de decisão políticas, educacionais, de pesquisa e aos poucos semeiam regiões de inquérito com análises e interpretações rigorosas (p.

21).

5.1. PARTICIPANTES E LOCAL

Para manter a privacidade dos participantes, cada um deles foi nomeado “Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3...” e assim sucessivamente. Foram entrevistadas sete pessoas, sendo quatro destas na condição de adotados. Desses entrevistados somente duas pessoas tiveram acompanhamento psicológico em algum momento após a adoção (quando crianças ou depois de adultos). Estes serão denominados “Entrevistado 1” e “Entrevistado 2.” Também foram entrevistadas outras duas pessoas – “Entrevistado 3” e “Entrevistado 4” – que não tiveram acompanhamento com o profissional de psicologia, para entender a diferença e as contribuições da terapia na vida dos indivíduos, bem como para saber as dificuldades enfrentadas nesse processo. Foram entrevistados duas adotadas do sexo feminino e dois adotados do sexo masculino.

Foram realizadas entrevistas com três psicólogos que possuem experiência com atendimentos a indivíduos na situação de adotados, sendo que estes psicólogos atendem em psicoterapia após a adoção. Os profissionais foram denominados de “Entrevistado 5”, “Entrevistado 6” e “Entrevistado 7.” Dessa forma, completando o panorama sobre a relevância da psicoterapia em casos de adoção.

Como critério de exclusão para a participação na pesquisa não foram entrevistadas pessoas menores de 18 anos e que não possuíam a vivência mencionada acima. Para os profissionais o critério de seleção foi unicamente a experiência com algum paciente adotado.

5.2. INSTRUMENTOS

O instrumento de coleta utilizado foi a entrevista semiestruturada com cerca de 10 perguntas pré-formuladas (Anexo 1), que ficaram de posse do entrevistador que realizou as perguntas ao entrevistado dando espaço para suas respostas, permitindo que o indivíduo compartilhasse de sua história de adoção e de seus sentimentos, conforme descreve Medina (1990):

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-

relacionamento humano (MEDINA, 1990, p. 8).

A entrevista semiestruturada pôde garantir um fluxo de ideias livre, porém mediado pelos entrevistadores, que permitiu que a conversa fluísse de forma natural e que as informações fossem colhidas de forma adequada pelos entrevistadores com escuta ativa e respeito. Entendemos que ao falar de suas vivências, os participantes também se escutaram, e poderão fazer transformações em suas vidas se assim necessário:

[...] esta abordagem almeja compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da autorreflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nos próprios participantes da pesquisa (FRASER e GONSIM, 2004 p. 145).

As respostas, por sua vez, foram preferencialmente gravadas com o celular ou anotadas pelo entrevistador com caderno e caneta quando necessário, e depois transcritas para o computador, preservando a identidade e outras informações pessoais do entrevistado.

5.3. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Para captar os entrevistados em condições de adotado foram utilizadas as redes sociais tais como grupos específicos no Facebook, Instagram e grupos de WhatsApp. Também utilizou-se o e-mail para comunicação com os participantes indicados por conhecidos do grupo. Para incentivá-los a participar da entrevista, apresentou-se o nosso projeto de pesquisa, destacando sua relevância social na intenção de sensibilizar mais indivíduos a procurarem ajuda psicoterapêutica em situações de adoção. Para localizarmos os profissionais utilizamos os mesmos recursos e fóruns de adoção.

Para as entrevistas presenciais foi agendado previamente o local, data e horário. Apenas duas entrevistas foram feitas de forma presencial na casa de uma das integrantes do grupo, as demais entrevistas foram realizadas de forma online através da plataforma “Google Meet”, com duração mínima de 20 minutos e máxima de 60 minutos. Tais entrevistas também foram previamente marcadas com data e hora, com o objetivo de ser conveniente ao entrevistado e aos entrevistadores.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas com autorização dos participantes e após a escuta em grupo, foram transcritas para realização da análise.

5.4. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Minayo (1998), existem vários tipos de análise de conteúdo e dados: de expressão, das relações, de avaliação, de enunciação e categorial temática. Para nossa análise de dados tivemos como foco a análise temática. Após a coleta de dados das entrevistas, reunimos as informações correlacionando-as com a bibliografia pesquisada criando as seguintes categorias: pessoas em situação de adoção que não passaram pelo processo psicoterapêutico, pessoas em situação de adoção que passaram pelo processo psicoterapêutico e profissionais que atendam pessoas em situação de adoção.

5.5 RESSALVAS ÉTICAS

A participação na presente pesquisa foi voluntária e sem fins lucrativos. Os nomes e identidades dos participantes não foram divulgados, tanto nas gravações quanto na transcrição da entrevista, para garantir o sigilo do participante. O objetivo do projeto foi explicado e todas as dúvidas foram previamente esclarecidas, deixando claro que o participante tem total liberdade em se recusar a participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma cobrança ou penalidade, conforme o Artigo 3º parágrafo VI da Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016, p. 5).

Considerando os riscos da pesquisa para os entrevistados na condição de adotado, o risco é de nível moderado, tendo em vista que o indivíduo entrará em contato com lembranças e partes de sua história que podem revelar fortes sentimentos e gatilhos. Caso isso ocorra, será realizado o encaminhamento para o atendimento psicológico prestado no CPA da UNIP, conforme garante a resolução: “compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário” (CNS, 2016, p. 5). Para os psicólogos entrevistados o risco é mínimo, já que não há pessoalidade nas perguntas, apenas interesse em sua prática profissional.

Como benefício, o voluntário adotado teve a oportunidade de compartilhar sua história, refletindo sobre a mesma e podendo ajudar outros indivíduos que enfrentam situações semelhantes e posteriormente terão acesso aos resultados da pesquisa. O psicólogo também terá acesso ao material que poderá servir para sua atuação profissional com indivíduos na situação de adotado, contribuindo para sua prática.

Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e

esclarecido (TCLE – Apêndice A) com todas as especificações acima descritas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro desta pesquisa buscou-se compreender os sentimentos presentes na fala de pessoas em situação de pós-adoção e como o processo psicoterápico foi relevante ou não em suas vidas. Em relação a análise da parte dos profissionais, analisou-se como os psicólogos trabalham os sentimentos de rejeição, abandono ou frustração, dando assim o suporte necessário para o indivíduo se sentir acolhido, entendido e acompanhado em casos de adoção.

Ao longo das entrevistas foi possível o levantamento de alguns subtópicos que apareceriam com certa frequência dentro dos relatos de adoção. As pautas que foram levantadas de forma recorrente tanto com adotados quanto com psicólogos foram:

- Casos de racismo na adoção: foi comum a discriminação da pessoa por suas características físicas serem diferentes da família adotiva (exemplo: uma criança negra ser adotada por uma família de pessoas brancas).
- Sentimento de não pertencimento e de abandono;
- Medo constante da rejeição;
- Reações emocionais que se divergem entre os sexos: homens tendem a ser mais objetivos que as mulheres em seus relatos sobre a adoção.

Foi possível notar, a partir das entrevistas, que grande parte dos participantes não tiveram acompanhamento psicológico na infância por falta de conhecimento de seus pais, e a procura em idade adulta surgiu por conta própria, geralmente para tratar outros assuntos, sem ser necessariamente a adoção, até que estes percebem que as raízes de seus problemas, muitas vezes, estão ligados a tal evento de sua vida.

A pessoa em situação de adoção passa por situações que crianças criadas na família de origem não passariam. Tais sentimentos são muitas vezes difíceis de expressar e nomear, conforme mencionado pela Entrevistada 1, que chamou de “dupla camada” (sic) os sentimentos que podem ser vivenciados por qualquer pessoa, como o medo do abandono por exemplo, mas que para a pessoa adotada surge de forma mais intensa, como uma dupla camada. Em sua fala:

Dupla camada. É isso mesmo. Essa sensação começa pelo ponto de que, como a adoção é algo muito novo no Brasil, da perspectiva adotada, a gente não tem vocabulário para explicar o que é isso que a gente sente. Por que de onde vem essa sensibilidade, de onde vem essa vida paralela que vai correndo, independente se foi adotada criança, se você foi adotada adolescente (trecho da entrevista 1).

Assim, experiências “normais” vividas por uma pessoa na condição de adotado podem ser, de certa forma, mais fortemente sentidas por eles não entenderem e nem relacionarem seus gatilhos com a sua história de adoção, dessa forma o sujeito pode sentir tal necessidade de apoio psicológico na idade adulta.

No que se diz respeito ao racismo em casos de adoção foi recorrente o retrato sobre se sentir diferente. Em casos de adoção, na qual a família é primordialmente branca e o adotado não é, percebem-se olhares estranhos por parte do mundo externo. Houve relatos de dois entrevistados que vivenciaram momentos de muita angústia com relação a esses aspectos. O sentimento de ter sido escolhido, mas continuar não se sentindo parte por conta de sua cor ou raça foi muito presente na vida desses entrevistados que relataram olhares, julgamentos e até falas que deram a entender que estes mesmos foram vítimas de um racismo estrutural.

[...] E tem um pouco da questão da minha cor, porque os meus pais, meus irmãos, são brancos. Acho que tem um pouco disso. Acho que as pessoas no começo também não entendiam muito. As pessoas na própria igreja que a gente frequentava no início, tipo, não entendiam isso, não entendiam porquê eu lembro que teve uma situação que foi um pouco desagradável, porque as pessoas não estavam entendendo.”Então eu fazia tudo para ela, para ela não desistir e me devolver, entendeu? Eu tinha esse problema (trecho da entrevista 2).

O racismo estrutural, segundo Almeida (2019), significa todo movimento em que o racismo é retratado de forma natural ou cotidiana, constituindo a estrutura da sociedade. Logo se entende que o racismo de sua forma estruturada já faz parte de uma prática social recorrente, integrando aspectos políticos e econômicos.

Dois entrevistados adotados relataram vivências que identificaram como racismo. O entrevistado 2, que passou por um processo psicoterápico pós- adoção, mencionou se sentir desconfortável em seu convívio na igreja quando perceberam que o mesmo tinha sido adotado por uma mulher branca e loira, surgindo olhares de confusão, mesmo sem verbalização.

Também tivemos o relato da entrevistada 3, que não passou por nenhum tratamento psicoterápico. Em sua fala, ela retratou não ser convidada para festas de colegas na época da escola por ser “diferente” (SIC).

Eu não era convidada para os aniversários do pessoal da escola porque eu já era diferente. A minha mãe, ela era tipo bem mais velha, então, tipo,

ela me levava na escola, as pessoas pensavam que ela era minha avó e eu sempre defendendo, querendo saber, pegar aquilo e defender. Então eu não era convidada para o aniversário das meninas da escola, eu era excluída das coisas porque eu era diferente, magra e feia. Ela era loira, eu era morena. Então eles achavam esquisito, sabe? (trecho da entrevista 3).

Além do fator racial, a entrevistada também vivenciou diversos momentos em que o etarismo se fez presente por sua mãe adotiva ser mais velha do que o usual para as mães na época, então pensavam que ela era sua avó e achavam estranha a relação das duas. Dentro desse contexto racial, os adotados entrevistados sentiram um sentimento de exclusão e diferenciação por parte das outras pessoas.

O entrevistado 2 comentou que foi resolvido esse conflito dentro dele por meio do apoio de sua psicóloga nesse processo de pós-adoção. Já a entrevistada 3 não possuiu esse acompanhamento e disse ter se sentido fragilizada, – levando-a a ficar emotiva em sua fala.

Também foi muito comum ouvir relatos a respeito do sentimento de não pertencimento naquela nova família ou do medo de abandono por parte desta. O Entrevistado 5 (psicólogo) trouxe em seu relato a história de um paciente jovem adotado que o procurou para contar sobre o medo de revelar a nova família sobre sua orientação sexual. Seu medo girava em torno de um possível novo abandono da parte dos pais, pois estes eram religiosos. A estratégia do psicólogo foi questionar se realmente o afeto dos pais competiriam com sua orientação sexual.

A Entrevistada 3 contou de uma relação muito amorosa com a mãe adotiva, mas que percebia que ao longo da vida sempre teve medo de ser deixada novamente por ela, por isso fazia de tudo para agradá-la. Ela disse que quando criança era muito doente, antes mesmo de ser adotada pelos seus pais, e por isso tinha muito medo de ficar doente novamente e ser devolvida, pois isso já tinha acontecido com muita frequência antes de achar seu lar, ela era devolvida por sua condição de saúde ser considerada frágil. Ela disse:

Eu sempre tive medo que eu ia ficar doente e que ela ia desistir de mim, entendeu? Então ela falava “você tem que comer não sei o quê.” Então eu fazia tudo para ela, para ela não desistir e me devolver, entendeu? Eu tinha esse problema (trecho da entrevista 3).

Mesmo já tendo tudo isso elaborado quando adulta, a Entrevistada 3 se emocionou ao ser questionada pela entrevistadora se teve um momento no qual ela entendeu que não precisava mais da aprovação da mãe para continuar sendo amada, ao que respondeu que até aquele momento ela não tinha pensado assim, quando se deu conta de que não é necessário ter a aprovação de ninguém para realizar o que a

faz e se sentir bem, e que não é fazendo tudo o que querem que será de fato aceita, entendeu nesta ocasião, que é amada sim em sua família adotiva; contudo esse sentimento de rejeição que controlava seus comportamentos a acompanhou até a vida adulta.

Já a Entrevistada 1, adotada ainda quando bebê, relatou o sentimento de querer pertencer àquela nova família e seu esforço para tal. Ela fez uma comparação com a criança que nasce e cresce com sua família de origem e que por isso não precisa fazer esse esforço para pertencer e receber afeto, mas que no caso da criança adotada é algo que permeia os seus pensamentos. Ela contou que também buscou esse pertencimento e aprovação no seu ciclo social de amigos, no caso os sobrinhos que tinham a mesma idade que ela: “Então, eu queria muito contar para eles, nos meus quatro anos, que eu não era tia deles de verdade. Eu usei esse termo para ver se eles iam querer brincar comigo e aí deu tudo certo” (trecho da entrevista 1).

O sentimento do “não pertencer” dentro de casos de pós-adoção também é muito citado por profissionais da psicologia que atendem esse tipo de demanda. A entrevistada 6 cita que é um sentimento recorrente e que se expande para além da família:

Mas o que aparece muito é essa coisa de não pertencer, de não se sentir pertencente ao lugar, né, de sentir que tem alguma coisa estranha ali, principalmente enquanto a pessoa não sabe que ela é adotada. Então esse sentimento fica muito forte, né? Aparece muito essa coisa de não se encaixar, sabe? Aí não se encaixa na família, não consegue se encaixar num grupo ali, né? Na escola, com os amigos. Então, quando vai crescendo, não consegue se encaixar, não se encaixa, né? E um não flui, parece que nada flui. Parece que não pertence a lugar nenhum. Até fora da família. Mesmo fora da família, inclusive, chega se muito por conta disso (trecho da entrevista 6).

Esse sentimento de não pertencimento se dá por conta da falta da privação materna em seus primeiros anos de vida, que posteriormente pode gerar uma necessidade constante de amor e validação se essa necessidade não for suprida por outra figura que desempenhe esse papel, como uma mãe substituta permanente (Bowlby, 2002). No que se refere em seu livro “Cuidados Maternos e Saúde Mental”:

No momento, basta dizer que o que se acredita ser essencial a saúde mental e que o bebê e a criança pequena tenham a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta permanente – uma pessoa que desempenha, regular e constantemente, o papel de mãe para eles), na qual ambos encontrem satisfação e prazer (p. 3-4).

Um ponto destacado no relato da Entrevista 1 foi o medo de desagradar a família adotiva ao ir buscar contato com a família de origem. Ela relatou que muitos filhos adotivos de seu grupo de apoio não buscam contato ou buscam com idade mais avançada por achar que podem ser taxados de ingratos por sua família adotiva, mas que no final isso não ocorre, e descobrem que a busca pela sua história é um direito.

Tal sentimento de medo surge pela exposição à experiência traumática do abandono ainda muito cedo, mesmo que a pessoa tenha sido adotada ainda muito nova, essa ideia de que alguém o deixou o leva a buscar aprovação e pertencimento. No que se refere ao Winnicott ao medo da criança:

Winnicott explica que, se a criança foi privada de cuidados paternos apropriados e ganha a chance de tê-los em um ambiente familiar saudável - em uma família adotiva ou provisória - ela desenvolve uma espécie de esperança inconsciente. Mas essa esperança está associada ao medo. Quando a criança em questão passou por decepções terríveis no passado, em que suas necessidades emocionais e físicas mais básicas não foram satisfeitas, ela ergue em suas defesas. São forças inconscientes que visam proteger a criança da decepção que pode decorrer da esperança (COLLIN *et al.*, 2016, p. 121).

Outro ponto comum nos relatos dos entrevistados adotados e profissionais foi sobre o medo de rejeição. Na verdade esse sentimento ficou bem explícito na vida dos indivíduos, não apenas durante o processo de adoção, mas permeando praticamente todos os seus relacionamentos ao longo da sua vida, seja amoroso, profissional, relações de amizade, ou qualquer outro relacionamento, e claro, sempre presente no relacionamento com a família adotiva.

Um exemplo foi o Entrevistado 2, que apesar de sua escolha em se deixar adotar por uma família que o acolheu em uma idade já “avançada”, ainda assim teve um sentimento de rejeição por parte de sua mãe biológica, que o deixou ir sem nenhum tipo de empecilho. Apesar de ter contato com sua mãe biológica periodicamente, esse sentimento permeia seus pensamentos, fazendo com que ele leve esse assunto às suas terapias.

A partir da teoria de Winnicott, entende-se que o indivíduo revive seus medos através de seus pensamentos e imaginação, trazendo de volta e revivendo os sentimentos que os assustavam pelo fato de pensar que tal situação possa se repetir em sua vida, por conta de atitudes, situações, falas semelhantes ou até mesmo devido a sua imaginação sobre a situação que viveu e agora sobre o sentimento que o acompanha, conforme apresenta o texto a seguir:

A base do choro de medo é a dor, e é por isso que o pranto soa da mesma maneira em ambos os casos, mas agora é uma dor recordada e que ele já espera ver repetida. Depois de um bebê ter conhecido qualquer sensação dolorosamente aguda, poderá chorar de medo quando acontece qualquer outra que o ameace de voltar a ter essa mesma sensação. E logo começa a ter ideias, algumas assustadoras, e então volta a chorar porque alguma coisa recordou ao bebê a dor, embora essa alguma coisa seja agora imaginária (WINNICOTT, 1945[1944]/1982, p. 68).

Mais um aspecto que pudemos notar significativas diferenças nos discursos das pessoas em situação de adoção é quando comparamos os gêneros.

Enquanto as entrevistadas 1 e 3, ambas do sexo feminino se estenderão em seus relatos, falando de forma detalhada sobre momentos de seu passado, inclusive sobre como se sentiram com cada acontecimento, as entrevistas dos entrevistados 2 e 4, ambos do sexo masculino, foram bem mais rápidas e objetivas, sem relatos detalhados ou sentimentos envolvidos.

De acordo com Santos (2015) essa diferenciação pode se dar, pois os homens frequentemente encontram obstáculos para lidar com suas emoções devido às regras sociais que incentivam a repressão dos sentimentos, o que pode resultar em dificuldades na comunicação e na compreensão emocional. A forma como o homem lida com suas emoções pode ser influenciada por vários fatores como sua personalidade, ambiente cultural e experiências de vida. Por questões enraizadas em nossa cultura muitos deles são ensinados desde cedo a não demonstrar abertamente seus sentimentos, pois isso os tornariam fracos, valorizando uma masculinidade tradicional, na qual o homem para ser considerado homem precisa ser competitivo e forte, não podendo demonstrar fraqueza, sentimentos ou inseguranças. Já a mulher é vista como inferior ao homem por ser frágil e emotiva, e muitas vezes, seu discurso sentimental é visto como sinal de fraqueza.

O sexo masculino também tende a ser mais direto em sua comunicação, preferindo lidar com problemas e traumas de forma objetiva e pragmática. Essas diferenças de estilo de comunicação e expressão de sentimentos entre homens e mulheres são moldadas por uma complexa combinação de fatores biológicos, sociais e culturais. Assim, as mulheres têm mais propensão a expressar suas emoções de maneira aberta e buscar o apoio social em momentos de dificuldades emocionais, enquanto os homens tendem a internalizar seus sentimentos ou expressá-los de forma mais prática.

Santos (2015) revela em seus estudos uma forte ligação social entre masculinidade e autocontrole, levando os homens a associarem a expressão de

certas emoções à fraqueza e ameaça à sua masculinidade. Essa exigência social os pressiona a serem emocionalmente fortes e controlados, resultando em uma inibição na expressão de suas emoções, exceto em casos de irritação ou agressividade, sentimentos permitidos aos homens, por terem caráter mais assertivos e não considerados “coisa de mulher”. Isso leva muitos homens a enfrentarem momentos de dificuldade e sofrimento de forma solitária. Sua pesquisa também identificou que os homens tendem a esconder sentimentos como medo, tristeza, vergonha e culpa, reforçando a imagem de masculinidade hegemônica. Esses resultados levantam a necessidade de questionar as práticas educativas desde cedo, tanto em casa quanto nas instituições formais de ensino.

Ao levantar a questão da relevância do processo psicoterapêutico em casos de pós-adoção, os profissionais entrevistados relataram que se faz de extrema importância o acompanhamento psicológico no decorrer da vida do indivíduo. Dentre os psicólogos entrevistados, a grande maioria destacou a relevância do processo psicoterapêutico no que tange a lidar com os sentimentos, sendo o profissional de psicologia alguém que pode ajudar o indivíduo a elaborar suas questões atuais e como estas se relacionam com sua história de vida. Foi quase unânime a fala de que muitos que passaram pela adoção trazem questões não tratadas na infância e como estas interferem na sua vida adulta, de forma consciente ou não. No entanto, uma das psicólogas (entrevistada 6) relatou a subjetividade do processo da psicoterapia, a depender de como o sujeito internaliza suas experiências vividas. Em sua fala:

Aí quem vai dizer é o próprio sujeito. Se isso traz sofrimento para ele. É relevante? Se não traz, né? Então assim... é uma questão e uma demanda desse sujeito. Isso causa um sofrimento. Então é preciso que se olhe para isso, né? Porque isso é, de novo, todo sofrimento gera sintoma. Então, se está fazendo sofrer, se está gerando sintoma, se está doendo. É extremamente relevante (trecho da entrevista 6).

Portanto é importante ressaltar que a necessidade desse processo não foi generalizada, mas sim enfatizada, pensando também nos adotados que possuem suas relações e conflitos internos resolvidos e que não sentem a necessidade de buscar por acompanhamento psicológico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com essa pesquisa sensibilizar a população sobre a importância do acompanhamento psicoterápico ao indivíduo que passa por uma adoção, explicando seus benefícios no processo de adaptação a uma nova estrutura familiar, fazendo assim com que mais indivíduos procurem ajuda psicoterapêutica.

Durante o desenvolvimento desse trabalho foram obtidos relatos importantes de alguns entrevistados que permitiram responder aos objetivos propostos. Os entrevistados adotados puderam relatar suas vivências e como as situações cotidianas dentro da realidade da adoção impactaram suas vidas e suas relações interpessoais no pós-adoção. Também foi possível compreender a visão do profissional de psicologia sobre a vulnerabilidade apresentada por parte dos pacientes em suas sessões de atendimento e como o processo psicoterápico pode impactar positivamente a vida de pessoas inseridas nessa realidade de vida.

No que se diz respeito à falta de psicoterapia durante e após a adoção pôde-se notar que isso pode se tornar prejudicial em certas ocasiões, nas quais os entrevistados tiveram que lidar com determinados conflitos internos, mas não tiveram esse atendimento, o que resultou em casos de ansiedade ou inseguranças vividas em seus cotidianos que perduraram ao longo de suas vidas.

Conseguimos perceber a importância do tratamento de psicoterapia na saúde mental do indivíduo adotado no que diz respeito às suas emoções, sentimentos, organização de ideias e planejamento da vida de forma independente, bem como sobre o entendimento de sua própria história e identidade, sabendo que o sentir-se amado e pertencente a sua família faz muita diferença na vida do sujeito, na forma como realiza suas escolhas, tanto no presente e especialmente para seu futuro.

O indivíduo, que se sente amado em seu âmbito familiar, sente segurança para errar e se arrepender, sabendo que ainda assim terá o apoio daqueles a quem ama e espera conforto e acolhimento, contudo, o indivíduo adotado tende a sentir dificuldade de se sentir parte deste grupo de pessoas por não ser filho biológico. Ainda que seja um ambiente saudável, o adotado tende a sentir insegurança em expor suas escolhas e ideias, sendo essa uma das causas para busca por tratamento psicoterapêutico, isto é, o próprio indivíduo se aceitar e poder ser quem ele de fato é, pois sua família adotiva o aceitou dessa forma.

Todas as entrevistas nos sugerem o quanto o processo terapêutico é essencial nos casos de adoção, pois auxilia no bem-estar familiar e proporciona à

pessoa em situação de adoção um ambiente seguro para falar de seus medos, traumas, sentimentos, laços familiares, conduzindo uma melhor adaptação desse indivíduo a esse novo lar.

O processo terapêutico traz inúmeros benefícios que foram citados pelos nossos entrevistados, tais como: auxílio emocional, resolução de problemas, melhor adaptação, fortalecimentos de vínculos saudáveis, além de um crescimento e desenvolvimento saudável.

Em resumo, o processo de tratamento tem um papel de suma importância, auxiliando em uma transição mais tranquila para essa família, promovendo um ambiente emocionalmente e psicologicamente mais saudável.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. F. P.; LEAL, N. S. B.; ALBERTO, M. F. P. Atribuições dos Profissionais de Psicologia na Política de Adoção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 175-195, abr.2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812021000100010> Acesso em 20 mar 2023.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB), Adoção Passo a Passo. **Cartilha Mude um Destino**, 20 de Marco de 2007. Disponível em: < <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/adocaopassoapasso.pdf> > Acesso em 19 mai 2023.

BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa olhada para além dos seus procedimentos**. In: Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica. 1ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BOWLBY, J. **Cuidados Maternos e Saúde Mental: Efeitos prejudiciais da privação da mãe**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Congresso Nacional, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm >

BRASIL. Lei Nº 3.071 de 1 de Janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**. Congresso Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 1 jan. 1916. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm >

BRASIL. Lei Nº 2.040 de 28 de Setembro de 1871. **Lei do Ventre Livre**. Assembleia Geral, 28 set. 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm

BRASIL. Lei Nº 13.509 de 22 de Novembro de 2017. **Nova Lei de Adoção**. Congresso Nacional, Brasília, DF, 22 fev. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm

BRASIL. Projeto de Lei Nº 5.000 de 21 de Outubro de 2020. **Altera a Lei nº 8.069,**

de 13 de julho de 1990 – Estatuto da criança e do Adolescente para estabelecer a necessidade de exames periódicos psicossociais a crianças e adolescentes adotados e dá outras providências. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1965499>

CONSELHO NACIONAL de SAÚDE. **Resolução Nº 510 de 07 de Abril de 2016.** Disponível em: < <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> >

COLLIN, C. (org) **O livro da psicologia.** 2. ed. São Paulo: Globo Livros, 2016.

FONSECA, F. M. M. A contribuição da psicologia no processo de adoção. **Revista PubSaude**, 3, a036, 2020. Disponível em: <<https://pubsaude.com.br/revista/a-contribuicao-da-psicologia-no-processo-de-adoacao/>> Acesso em 21 mai 2023.

FRASER, M. T. D., GONDIM S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139- 152, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt>. Acesso em 11 out 2023.

FREUD, S; TOGEL C.; MOLNAR M. **Cartas de Freud a sua filha: Correspondência de viagem, 1895-1923.** São Paulo: Amarilys Editora 1ª Ed. 2014.

MARANHÃO G. **Relações Homoafetivas: uniões de afeto.** São Paulo: Método, 2004, p.41. Disponível em: < <https://ibdfam.org.br/img/artigos/Uni%C3%A3o%20homoafetiva:%20Afeto.pdf>> Acesso em: 20 out de 2024.

MEDINA, C. de A. **Entrevista: o diálogo possível.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

MELO, T. C. L.; ANDRADE, W. V.; NASCIMENTO, A. F. G.; SOARES, M. M. A influência do Psicólogo no Processo de Adoção. **Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas. v. 3, Nov 2016. Disponível em <<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/3587>> Acesso em 29 mar 2023.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

PONDÉ, Danit Zeava Falbel. O conceito de medo em Winnicott. **Winnicott e-prints**,

v. 6, n. 2, p. 82-131, 2011. Disponível em
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2011000200006. Acesso em 19 de maio de 2024.

SANTOS, Luís. **Homens e expressão emocional e afetiva: vozes de desconforto associadas a uma herança instituída**. Portugal, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/2593#quotation>. Acesso em 19 de maio de 2024.

SOUZA, R. P.; MIRANDA, V. R. Adoção: considerações históricas sociais, psicológicas e jurídicas. **Psicologia Jurídica: Termos de Aplicação**. Curitiba: Juruá, 2014. Acesso em 21 mai 2023.

VARGAS, M. M. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

WINNICOTT, D. W. **Pensando Sobre Crianças**. 1ª ed. São Paulo: Artmed, 1997.

APÊNDICE A

Perguntas elaboradas para pessoas na condição de adotado:

PERFIL: sexo, idade, escolaridade, estado civil

Iniciar com uma pergunta mais aberto: conte-nos a história da sua adoção...

1. Como foi a sua história de adoção?
2. Como era sua vida antes de ser adotado?
3. Com quantos anos você foi adotado?
4. Seus pais adotivos sempre foram claros quanto ao assunto? Se não, como você descobriu sobre a adoção?
5. Como foi a adaptação com a nova rotina com a família adotiva? Quais foram os maiores desafios enfrentados nesse processo?
6. Você conheceu seus pais biológicos? Se sim, como é esse relacionamento?
7. Durante o processo de adoção você teve acompanhamento psicológico? Se sim, qual a relevância desse acompanhamento para você?
8. E após a adoção, você teve acompanhamento psicológico?
9. Se sim, qual a relevância desse acompanhamento psicológico para você?
10. Caso não tenha tido acompanhamento psicológico, gostaria de ter tido ou de ter futuramente? Por quê?

Perguntas elaboradas para o profissional de psicologia:

PERFIL: sexo, idade, formação, trajetória profissional, abordagem terapêutica

1. Desde quando você trabalha com pessoas em situação de adoção?
2. O que te despertou interesse na área?
3. Como os pacientes com essa demanda chegam até você?
4. Quais os maiores desafios dentro dessa área de atendimento?

5. É comum os pacientes relatarem o sentimento de rejeição em seus atendimentos? Como você trabalha essa questão?
6. Segundo a sua experiência, qual o melhor momento para que os pais contem sobre a adoção para seu filho?
7. Em média, quanto tempo dura o processo terapêutico do paciente em situação de adoção?
8. Na sua abordagem psicoterapêutica, em média, qual o tempo de acompanhamento dos atendimentos para pacientes em situação de adoção?
9. Qual a sua visão sobre a relevância do processo terapêutico em casos de adoção?
10. Cite um caso que mais te afetou.

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o profissional da Psicologia



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Participante:

Gostaríamos de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada "A Relevância do Processo Terapêutico em Casos de Adoção" se refere a um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso dos participantes Carolina do Nascimento Hissa, Luana Amorim Azevedo, Luiza Simões do Carmo, Nájjia Spina Boer a graduação, a qual pertence ao Curso de Psicologia da Universidade Paulista - UNIP.

O objetivo geral deste estudo é compreender as possíveis diferenças nas dinâmicas individuais e familiares em relação à presença de um acompanhamento psicológico prestado no processo de adoção. Os resultados contribuirão para entender e superar o preconceito na busca por acompanhamento psicológico, especialmente em casos de adoção e a família adotante.

Sua forma de participação consiste em observações e entrevistas, utilizando questionários para pessoas adotadas e profissionais que façam atendimentos para este público especificamente;

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Não será cobrado nada e não haverá gastos, decorrentes de sua participação, se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Lei.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como leve: O psicólogo compartilhará de sua experiência clínica e de como tratou do paciente em situação de adoção, sendo todas as perguntas voltadas para a sua prática profissional.

São esperados os seguintes benefícios imediatos da sua participação nesta pesquisa:

Os benefícios para os participantes serão: ter conhecimento dos resultados das pesquisas e a conclusão das mesmas, a pesquisa servirá de material para esse profissional contribuindo com a sua prática profissional.

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado.

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com o pesquisador principal. Profa. **Aline Moraes Mizutani Gomes**, CRP 06/89949, que pode ser encontrada no endereço: Rua Amazonas da Silva, 737, São Paulo-SP, telefone (11) 98492-3564.

Eu _____ (nome do participante e número de documento de identidade) confirmo que Carolina do Nascimento Hissa, Luana Amorim Azevedo, Luiza Simões do Carmo e Nájia Spina Boer, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

São Paulo, ____ de _____ de 2024.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Eu, _____
(nome do membro da equipe que apresentar o TCLE)

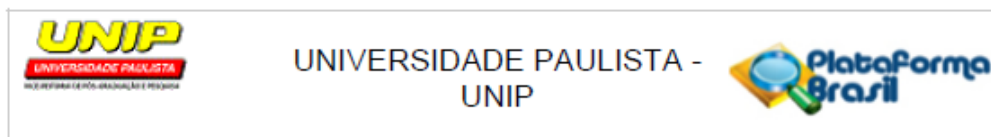
obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE)

Aline Moraes Mizutani Gomes
(Identificação e assinatura do pesquisador responsável)

ANEXO B

Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A RELEVÂNCIA DO PROCESSO TERAPÊUTICO EM CASOS DE ADOÇÃO

Pesquisador: Aline Moraes Mizutani Gomes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75820923.5.0000.5512

Instituição Proponente: ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.581.491

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do projeto", "Objetivo da pesquisa" e "Avaliação dos riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2234081 de 16/11/2023) e/ou do Projeto Detalhado (2234081 de 16/11/2023).

Resumo:

A adoção é um acontecimento marcante para as pessoas que passam por ela e também para todos os envolvidos. Não se ver no seio de sua família de origem é algo relevante mesmo se seu novo lar for afetuoso. Como seres diversos que somos, alguns lidam com o assunto da adoção de forma leve, outros precisam de mais suporte para entender o assunto. Neste caso, como a psicoterapia entraria para auxiliar no entendimento da história desse indivíduo? Seria esta uma ferramenta importante? O objetivo deste projeto é entender o papel do acompanhamento psicoterapêutico no processo de adoção e seus possíveis impactos na vida de todos os indivíduos envolvidos, tanto adotantes quanto adotados, com foco especial na vida após a adoção, quando este já está inserido na nova família. Desta forma, também se buscará entender como o indivíduo se sentiu e se sente,

Endereço: Rua Dr. Baçelar, 1212 4º andar

Bairro: Vila Clementino

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)5586-4086

CEP: 04.026-002

E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 6.581.491

como ele percebeu a situação, como foi informado pela família adotada de sua condição, entender se houve expectativas de sua parte ou da família e como lidou com isso. O método utilizado será a pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas de dez questões no máximo, que serão realizadas com indivíduos adotados e profissionais especializados no assunto da adoção.

Hipótese:

Esse projeto de pesquisa justifica-se pela necessidade de entender e superar o preconceito na busca por acompanhamento psicológico, especialmente nos casos de adoção, para todos os envolvidos neste evento, o indivíduo adotado, e a família adotante. Bem como compreender o papel do profissional de psicologia e os impactos causados na falta deste. Acredita-se ser fundamental para qualquer indivíduo ser acolhido e ouvido, ter a oportunidade de compartilhar seus medos e angústias, assim como também as alegrias e esperança de desfrutar de uma nova fase em sua vida.

Nesse sentido, o psicólogo pode ajudar o indivíduo que será adotado a entender como se sente, quais são suas expectativas e ideia de família, como se adaptar à nova rotina, estabelecendo um espaço seguro no qual ele pode expor seus desejos e sentimentos para os novos pais sem constrangimentos. Em relação aos novos responsáveis, desempenha um papel fundamental na quebra de preconceitos relacionado à adoção, a criança adotada, seu histórico familiar e psicossocial, e ajudando a família a entender a importância do acompanhamento psicológico tanto para o adotado quanto para a família adotiva. Pois como afirma Fonseca (2020, p.36): "O processo de filiação se constitui em uma fase muito complexa do Processo de adoção. É necessária preparação tanto da criança quanto da família adotante, uma vez que nesta está presente à idealização, a espera, a desilusão".

Metodologia Proposta:

Serão entrevistadas seis pessoas na condição de adotados, sendo três que tiveram acompanhamento psicológico em algum momento após a

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar	CEP: 04.026-002
Bairro: Vila Clementino	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086	E-mail: cep@unip.br



UNIVERSIDADE PAULISTA -
UNIP



Continuação do Parecer: 6.581.491

adoção (quando crianças ou depois de adultos), e três que não tiveram o acompanhamento com o profissional de psicologia, para entender a diferença e as contribuições da terapia na vida dos indivíduos, bem como para saber as dificuldades enfrentadas nesse processo.

Serão entrevistados também três psicólogos com experiência previa em atendimentos a indivíduos na situação de adotados, podendo ser os psicólogos que acompanham o processo de adoção ou os que atendem em psicoterapia após a adoção. Dessa forma, o panorama sobre a relevância da psicoterapia em casos de adoção será completo.

Como critério de exclusão para a participação na pesquisa serão pessoas menores de 18 anos e que não tenham a vivência mencionada acima. Para os profissionais o critério de seleção será a experiência com algum paciente adotado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as possíveis diferenças nas dinâmicas individuais e familiares em relação à presença de um acompanhamento psicológico prestado no processo de adoção.

Objetivo Secundário:

Entender as diferenças da estrutura emocional do indivíduo que foi adotado, suas experiências e considerações; investigar como foi conduzido o processo de adoção, bem como, o convívio com a família adotiva, sua adaptação e convívio do indivíduo que pôde ter o acompanhamento psicológico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Considerando os riscos da pesquisa para os entrevistados na condição de adotado, o risco será de nível moderado, tendo em vista que o indivíduo entrará em contato com lembranças e partes de sua história que podem revelar fortes sentimentos e gatilhos. Caso isso ocorra, será realizado o encaminhamento para o atendimento psicológico prestado no CPA da UNIP, conforme garante a resolução: "compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso

Endereço: Rua Dr. Baçelar, 1212 4º andar

Bairro: Vila Clementino

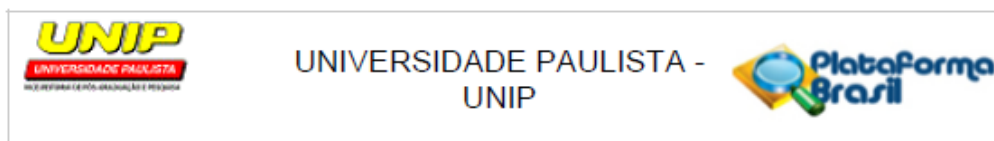
CEP: 04.026-002

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)5586-4086

E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 6.581.491

sempre e enquanto necessário." (Lei Nº510/2016, p. 5). Para os psicólogos entrevistados o risco é mínimo, já que não há pessoalidade nas perguntas, apenas interesse em sua prática profissional.

Benefícios:

Como benefício, o voluntário adotado terá a oportunidade de compartilhar sua história, refletindo sobre a mesma e podendo ajudar outros indivíduos que enfrentam situações semelhantes e posteriormente, terá acesso aos resultados da pesquisa. O psicólogo também terá acesso ao material que poderá servir para sua atuação profissional com indivíduos na situação de adotado, contribuindo para sua prática.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa nacional, de graduação, 9 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

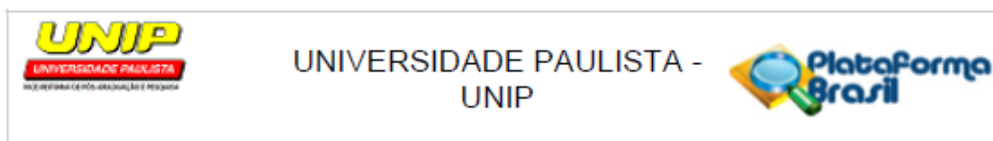
Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2234081.pdf	16/11/2023 23:24:37		Aceito
Orçamento	orcamento_G10.pdf	16/11/2023 23:23:54	Aline Moraes Mizutani Gomes	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2234081.pdf	30/10/2023 14:10:11		Aceito
Orçamento	orcamento_G10.pdf	30/10/2023	Aline Moraes	Recusad

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar
 Bairro: Vila Clementino CEP: 04.026-002
 UF: SP Município: SAO PAULO
 Telefone: (11)5586-4086 E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 6.581.491

Orçamento	orcamento_G10.pdf	14:09:54	Mizutani Gomes	o
Declaração de concordância	termo_intencao_pesquisa_G10.pdf	30/10/2023 14:08:52	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_G10.pdf	30/10/2023 14:08:20	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_compromisso_G10.pdf	30/10/2023 14:08:20	Aline Morais Mizutani Gomes	Postado
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	carta_de_apresentacao_do_projeto_de_pesquisa_G10.pdf	30/10/2023 14:07:56	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_G10_psi.docx	30/10/2023 14:07:41	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_G10_adotados.docx	30/10/2023 14:07:31	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_final_G10.docx	30/10/2023 14:07:14	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_G10.pdf	30/10/2023 14:06:38	Aline Morais Mizutani Gomes	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 14 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Bettina Gerken Brasil
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar	CEP: 04.026-002
Bairro: Vila Clementino	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086	E-mail: cep@unip.br

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
CURSO DE PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA

No dia 30 de setembro de 2024, reuniu-se, no campus Norte, a Banca Examinadora para arguição da pesquisa intitulada **A RELEVÂNCIA DO PROCESSO TERAPÊUTICO EM CASOS DE ADOÇÃO**, realizada pelas alunas Carolina do N. Hissa RA: F038GI9, Luana Amorim Azevedo RA: T090IG2, Luiza Simões do Carmo RA: N595GD0 e Nájia Spina Boer RA: T866CI3, do Plano de Estudos Orientados. A Banca Examinadora foi composta pelas Profas. Nathalia Vieira Machado Rodrigues e Maria Cristina B. M. Pellini e presidida pela orientadora Profa. Aline Moraes Mizutani Gomes.

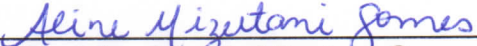
Reunida, a Banca decidiu pela nota dez (10,0).



Profa. Nathalia Vieira Machado Rodrigues



Profa. Maria Cristina B. M. Pellini



Profa. Aline Moraes Mizutani Gomes
Presidente da Banca Examinadora